

---

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN**

---

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**LEI Nº 1568, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2025**

**LEI Nº 1.568, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2025.**

**Origem: Projeto de Lei nº 008/2025**

CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO  
DE INTERESSE SOCIAL – FHIS E INSTITUI O  
CONSELHO GESTOR DO FHIS.

A Câmara Municipal de Piên, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**  
**FUNDO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL**

**Seção I**  
**Objetivos e Fontes**

Art. 1º Fica criado o Fundo de Habitação de Interesse Social – FHIS, de natureza contábil, com o objetivo de centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas destinados a implementar políticas habitacionais direcionadas à população de menor renda.

Art. 2º O FHIS é constituído por:

- I – dotações do Orçamento Geral do Município, classificadas na função de habitação;
- II – outros fundos ou programas que vierem a ser incorporados ao FHIS;
- III – recursos provenientes de empréstimos externos e internos para programas de habitação;
- IV – contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, entidades e organismos de cooperação nacionais ou internacionais;
- V – receitas operacionais e patrimoniais de operações realizadas com recursos do FHIS;
- VI – outros recursos que lhe sejam destinados.

**Seção II**  
**Conselho-Gestor do FHIS**

Art. 3º O FHIS será gerido por seu Conselho-Gestor.

Art. 4º O Conselho Gestor é órgão de caráter deliberativo e será composto pelas seguintes entidades, assegurada a participação mínima de um quarto das entidades constantes dos incs. III a V deste artigo, todos com mandato de dois anos de duração:

- I - Prefeitura Municipal;
- II - Câmara Municipal;
- III – Sociedade Civil.

§ 1º A Presidência do Conselho-Gestor do FHIS será exercida pelo Secretário Municipal responsável pela área habitacional.

§ 2º O presidente do Conselho-Gestor do FHIS exercerá o voto de qualidade.

Art. 5º O Conselho Gestor é órgão de caráter deliberativo e será composto por representantes de entidades públicas e sociedade civil, bem como de segmentos da sociedade ligados à área de habitação, tendo como garantia o princípio democrático de escolha de seus representantes.

§ 1º A composição, as atribuições e o regulamento do Conselho Gestor serão estabelecidos pelo Poder Executivo.

§ 2º Competirá à Secretaria Municipal responsável pela área habitacional proporcionar ao Conselho Gestor os meios necessários ao exercício de suas competências.

## Seção II

### Das Atribuições do Gestor do Fundo

Art. 6º São atribuições do gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS:

I - Gerir o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS e estabelecer políticas de aplicação de seus recursos de acordo com as decisões do Conselho Municipal de Habitação;

II - Acompanhar, avaliar e decidir, em conjunto com o Conselho Municipal de Habitação, sobre a realização das ações previstas no Plano Municipal de Habitação;

III - Submeter ao Conselho Municipal de Habitação o Plano Municipal de Habitação para o Município, em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

IV - Executar e controlar o orçamento anual, bem como as metas fiscais da lei;

V - Submeter ao Conselho Municipal de Habitação as demonstrações semestrais de prestação de contas orçamentárias e financeira do Fundo;

VI - Encaminhar ao Setor de Contabilidade os pareceres e atas das demonstrações mencionadas no inciso anterior;

VII - Firmar convênios e contratos, juntamente com o Prefeito Municipal, referentes a recursos que serão destinados aos programas a serem custeados pelo Fundo;

VIII - Ordenar empenhos e pagamentos de despesas à conta do Fundo;

IX - Assinar cheques e ordens bancárias de pagamento das despesas do fundo, juntamente com o Prefeito Municipal;

X - Manter, em coordenação com o setor de patrimônio da Prefeitura Municipal, os controles necessários sobre os bens patrimoniais com carga ao órgão ao qual o Fundo se vincula operacionalmente;

XI - Encaminhar, após parecer do Conselho Municipal de Habitação, até 15 (quinze) de julho de cada ano, proposta de metas fiscais e financeiras, para inclusão no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias da municipalidade, na forma da lei.

## Seção III

### Das Atribuições do Executivo Municipal

Art. 7º São atribuições do Prefeito Municipal:

I - Criar condições de manutenção e gerenciamento do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS;

II - Assinar ordens bancárias de pagamento das despesas do Fundo, juntamente com o Gestor do Fundo;

III - Contratar profissionais em obediência às necessidades e observância às disponibilidades orçamentárias e financeiras;

IV - Elaborar leis e regulamentos para o bom funcionamento e procedimentos do Fundo.

## Seção IV

### Do Planejamento do Fundo

Art. 8º O orçamento do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS evidenciará as políticas e os programas de trabalhos governamentais, observando o Plano Municipal de Habitação, e a Lei das Diretrizes Orçamentárias.

§ 1º O orçamento do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS integrará o Município, em obediência ao princípio da unidade.

§ 2º O orçamento do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS observará, na sua elaboração e na sua execução, os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

§ 3º O Plano Plurianual de Investimento contemplará o previsto no Plano Municipal de Habitação em deliberação específica, obedecidos aos limites financeiros do Capítulo III desta Lei.

§ 4º A elaboração e acompanhamento de metas, bem como as audiências previstas em lei, serão de responsabilidade do Secretário Municipal de Planejamento.

## Seção V

### Da Contabilidade do Fundo

Art. 9ºA contabilidade do FundoMunicipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS tem por objetivo evidenciar a situação financeira, patrimonial e orçamentária, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

Art. 10A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício das suas funções de controle prévio concomitante e subsequente a de informar, inclusive de apropriar e apurar custos dos serviços, e, conseqüentemente, de concretizar o seu objetivo, bem como interpretar e analisar os resultados obtidos.

Art. 11São atribuições da Contabilidade Geral do Município, além das que tratam os artigos 5º e 6º, apresentar ao Gestor doFundo, o que segue:

- a) mensalmente, as demonstrações de receitas e despesas;
- b) anualmente, o inventário contábil dos bens móveis e o balanço geral doFundo.
- c) demonstrações que indiquem a situação econômico-financeira geral do FundoMunicipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS;
- d) os controles necessários sobre convênios ou contratos de prestação de serviços pelo setor privado e dos empréstimos feitos para a habitação;
- e) atender a todas as normas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no que diz respeito às prestações de contas do FundoMunicipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS;
- f) se fazer representar em audiências públicas de prestação de contas ao Conselho Municipal de Habitação quando solicitado.

#### Seção VI

#### Aplicações Dos Recursos do FHIS

Art. 12As aplicações dos recursos do FHIS serão destinadas a ações vinculadas a programas de habitação de interesse social que contemplem:

- I - aquisição, construção, conclusão, melhoria, reforma, locação social e arrendamento de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais;
- II - produção de lotes urbanizados para fins habitacionais;
- III - urbanização, produção de equipamentos comunitários, regularização fundiária e urbanística de áreas caracterizadas de interesse social;
- IV - implantação de saneamento básico, infra-estrutura e equipamentos urbanos, complementares aos programas habitacionais de interesse social;
- V - aquisição de materiais para construção, ampliação e reforma de moradias;
- VI - recuperação ou produção de imóveis em áreas encortiçadas ou deterioradas, centrais ou periféricas, para fins habitacionais de interesse social;
- VII - outros programas e intervenções na forma aprovada pelo Conselho-Gestor do FHIS.

Parágrafo Único. Será admitida à aquisição de terrenos vinculada à implantação de projetos habitacionais.

Art. 13.São receitas doFundo:

- I - as dotações orçamentárias ou subvenções do Orçamento do Município, e aquelas oriundas de transferências do Estado e da União, destinadas a programas habitacionais;
- II - os créditos orçamentários suplementares a ele destinado;
- III - os recursos repassados ao Município decorrentes da elevação das alíquotas de tributos federais ou estaduais, ou ainda de contribuições compulsórias, desde que na origem, estejam vinculados ao incremento da produção habitacional;
- IV - os retornos e resultados de suas aplicações;
- V - as multas, correção monetária e juros decorrentes de suas operações;
- VI - as contribuições ou doações de outras origens;
- VII - os provenientes de empréstimos internos e externos;
- VIII - as receitas advindas do pagamento de prestações de programas habitacionais, desenvolvidos com recursos do FundoMunicipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS;
- IX - receitas de convênios, acordos e outros ajustes que visem atender aos objetivos do FundoMunicipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS;
- X - receitas advindas da alienação de bens pertencentes aoFundoMunicipal de HabitaçãoFundoMunicipal de Habitação de

Interesse Social - FMHIS;  
XI - outros recursos destinados a programas habitacionais.

§ 1º Os recursos do FundoMunicipal de Habitação de Interesse Social - FMHISserão depositados obrigatoriamente, em conta especial, a ser aberta e mantida em instituição financeira oficial.

§ 2º A aplicação financeira dos recursos doFundoobedecerá a legislação vigente.

§ 3º As dotações ou subvenções do Orçamento Municipal de que trata o inciso "I" deste artigo, deverão apresentar valores equivalentes a no mínimo 0,5% (meio por cento)da receita líquida do Município.

Art. 14.Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao FundoMunicipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, em conformidade com a alínea "b", inciso I, do artigo 76 da Lei 14.133/2021, áreas de propriedade do Município, consideradas como bens patrimoniais disponíveis.

Art. 15. As áreas de propriedade do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS poderão ser alienadas, em conformidade com o art. 76 da Lei nº 14.133/2021, as quais obrigatoriamente deverão integrar programas habitacionais de interesse social, inclusive as que propiciem regularização fundiária de áreas urbanas irregulares, sendo os recursos resultantes de sua alienação, revertidos obrigatoriamente, em sua totalidade, ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS.

Art. 16. As alienações de imóveis autorizadas por esta Lei, serão avaliadas por Comissão Municipal de Avaliação, nomeada por Ato do Poder Executivo, efetuadas com cláusula de atualização monetária.

#### Seção VII Dos Ativos doFundo

Art. 17.Constituem ativos do FundoMunicipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS:

- I - Disponibilidades monetárias em banco ou em caixa especial oriundas das receitas especializadas;
- II - Direitos que, porventura, vierem a constituir;
- III - Bens móveis e imóveis que forem adquiridos com recursos financeiros provenientes doFundo.

Parágrafo Único. Anualmente se processará o inventário dos bens e direitos adquiridos com os recursos doFundo.

#### Seção VIII Dos Passivos doFundo

Art. 18.Constituem passivos do FundoMunicipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, as obrigações de qualquer natureza que porventura o Município venha assumir para a manutenção e o funcionamento dos objetivos previstos nesta Lei.

### CAPÍTULO II DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 19.Nenhuma despesa será realizada sem a devida autorização orçamentária municipal.

Parágrafo Único. Para os casos de insuficiência orçamentária, poderão ser utilizados os créditos adicionais suplementares e especiais, autorizados por lei e abertos por Decreto do Executivo.

Art. 20.A despesa doFundoMunicipal de Habitação de Interesse Social - FMHISse constituirá de verbas destinadas a:

- I - Financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de habitação desenvolvidos pela Gerência Municipal de Ação Social e Relações de Trabalho pela execução da Política de Habitação ou por órgãos conveniados;
- II - Pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas de direito público para execução de programas e projetos específicos do setor de habitação;
- III - Aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas;

IV - Construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para a prestação de serviços de habitação;  
V - Desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de habitação;  
VI - Desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de habitação;  
VIII - Atendimento de despesas diversas, de caráter urgente e inadiável, necessárias ao desenvolvimento dos programas e objetivos desta Lei.

### CAPÍTULO III

#### DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 21.O FundoMunicipal de Habitação de Interesse Social - FMHISterá vigência ilimitada, com endereço à Rua Amazonas, 373, Centro, Piên, Paraná, Brasil.

Art. 22. Esta Lei será implementada em consonância com a Política Nacional de Habitação e com o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

Art. 23. Esta lei entra em vigor na dada de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 1041, de 6 de novembro de 2009, e demais disposições em contrário.

Piên/PR, 20 de fevereiro de 2025.

**MAICON GROSSKOPF**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Katia Rejane Neneve

**Código Identificador:374B7C6A**

---

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 21/02/2025. Edição 3221

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>